Wilson Costa Bueno

Docente permanente do
Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da UMESP
professor@comtexto.com.br

**A cobertura jornalística de
catástrofes ambientais:
entre a vigilância e a
espetacularização da notícia**

**The media coverage of
environmental disasters:
between surveillance and
news spectacularization**

**La cobertura mediática de los
desastres ambientales:
entre la vigilancia y la
espetacularización de la noticia**

RESUMO

A cobertura jornalística das catástrofes ambientais tem oscilado entre a espetacularização da notícia e a vigilância cívica, buscando compatibilizar duas características comuns à prática da imprensa: atrair e sensibilizar a audiência com a divulgação abusiva dos impactos da tragédia e analisar as suas causas, identificando, quando possível, os responsáveis pela sua ocorrência. Este artigo evidencia o carácter midiático das catástrofes ambientais e, a partir de um caso específico (o rompimento de uma barragem no Estado de Minas Gerais, no Brasil), relata o importante papel da imprensa no sentido de elucidar os fatos e punir os responsáveis.

Palavras-chave: jornalismo ambiental; catástrofes ambientais; responsabilidade social da imprensa

ABSTRACT

The media coverage of environmental disasters has fluctuated between the spectacle of news and civic surveillance, seeking to reconcile two characteristics common to the practice of press: attract and sensitize the audience with the use of dramatic photographs of disasters and analyze its causes, identifying when possible, those responsible for its occurrence. This article highlights the mediatic nature of environmental disasters and, from a specific case (the breaking of a dam in the state of Minas Gerais, Brazil), reports the important role of the press in order to clarify the facts and punish those responsible.

Key words: environmental journalism; environmental disasters; social responsibility of press

RESUMEN

La cobertura mediática de los desastres ambientales ha fluctuado entre la espectacularización de las noticias y la vigilancia ciudadana, tratando de conciliar dos características comunes a la práctica de la prensa: atraer y sensibilizar a la audiencia con imágenes dramáticas de los desastres y analizar sus causas, identificando, cuando posible, a los responsables de su ocurrencia. Este artículo pone de relieve el carácter mediático de los desastres ambientales y, a partir de un caso concreto (la rotura de una presa en el estado de Minas Gerais, Brasil), informa el importante papel de la prensa con el fin de esclarecer los hechos y sancionar a los responsables.

Palabras-clave: periodismo ambiental; catástrofes ambientales; responsabilidad social de la prensa

Introdução

Pesquisa recente da Organização Mundial da Saúde - OMS (2016) escancara uma realidade incontestável: cerca de 12,6 milhões de pessoas morrem todos os anos em decorrência de condições ambientais que comprometem a saúde. Isso representa cerca de 23,6% de todas as mortes registradas anualmente em todo o planeta. Inúmeros fatores, como a poluição (ar, água, solo), a exposição a substâncias químicas, a radiação ultravioleta e o impacto das mudanças climáticas contribuem para o desenvolvimento de uma centena de doenças, vitimando em particular crianças com menos de 5 cinco anos e adultos entre 50 e 75 anos.

Estas tristes estatísticas não se distribuem de forma equilibrada entre os vários continentes ou países. As nações de média e baixa renda do Sudeste Asiático e da região ocidental do Pacífico respondem pela maioria dessas mortes (7,3 milhões), em especial as causadas pela poluição em ambientes internos e externos, mas, quando se consideram síndromes não transmissíveis, como alguns tipos de câncer e problemas cardiovasculares, mesmo as nações desenvolvidas registram elevada incidência.

A OMS admite que apenas o gerenciamento adequado da natureza poderia evitar mais de 6,5

milhões de mortes anuais, entre crianças e adultos, e incorpora um fato para justificar esta previsão: houve, nos últimos anos, uma redução expressiva de mortes por doenças infecciosas (malária, diarreia etc) causadas, quase sempre, por ausência de saneamento ou pela falta ou contaminação de água potável, em virtude da adoção de remédios e métodos preventivos ou mesmo de campanhas de imunização. Isso significa que medidas corretas, necessariamente não dependentes de altos investimentos, mas derivadas de sistemas de gestão competente e vontade política, podem salvar milhões de vidas em todo o mundo.

Alguns acontecimentos espetaculares, como as catástrofes ambientais, agregam números impressionantes a este cenário dramático. Em menos de uma década e meia, alguns desses eventos impactaram de forma surpreendente várias regiões do mundo, merecendo destaque o furacão Katrina (2005), nos EUA; o terremoto na região de Caxemira (2005), em especial no Paquistão; o ciclone Nargis em Mianmar (2008); o terremoto no Haiti (2010); o acidente nuclear de Fukushima, no Japão (2011); a tempestade Sandy na costa leste dos Estados Unidos (2012); o tufão Hayan nas Filipinas (2013), mas o mais impressionante, pela violência e danos causados, inclusive com um número significativo de mortes (quase 300 mil) foi o tsunami que devastou diversos países, em particular a Indonésia, em 2004. Apenas estas catástrofes vitimaram cerca de meio milhão de pessoas e causaram bilhões de dólares de prejuízos materiais, com impacto formidável no meio ambiente, dizimando comunidades inteiras, agredindo brutalmente, de forma permanente, a fauna e a flora das regiões atingidas, com consequências duradouras para as populações

que sobreviveram, como no caso do acidente nuclear no Japão.

No Brasil, as catástrofes ambientais também têm deixado suas marcas, como as enchentes na região Serrana do Rio de Janeiro, em 2011, com danos patrimoniais e humanos de monta e, recentemente, o rompimento da barragem do Fundão, em Mariana, Minas Gerais, no final de 2015, com o soterramento de inúmeras comunidades e a destruição de um importante curso de água (o rio Doce), que banha vários estados brasileiros, com gravíssimos danos ambientais, econômicos e sociais, além da morte de duas dezenas de pessoas.

A gestão da comunicação antes, durante e após o crime ¹ambiental de Mariana, por parte dos governos (estadual e federal), dos órgãos de fiscalização, das empresas responsáveis pelo acidente, documentada pela imprensa, representa o foco deste artigo. Ela explicita não apenas a postura incorreta e não ética das empresas envolvidas e dos órgãos de fiscalização, mas também o ânimo da imprensa que oscilou, em vários momentos, entre a espetacularização da notícia e o compromisso com o interesse público.

A cobertura de catástrofes ambientais

A cobertura jornalística do meio ambiente tem crescido ao longo do tempo, e sobretudo nas duas últimas décadas, em virtude da presença de temas de grande interesse, como a degradação da socio-

¹ Embora a imprensa, muitas vezes, tenha se referido ao episódio de Mariana como "acidente", optamos por considerá-lo um crime ambiental pela revelação ampla dos fatores que motivaram o rompimento da barragem. As empresas envolvidas assumiram a culpa ao aceitarem o acordo proposto pelo Governo e foram condenadas pela Justiça e pela opinião pública.

biodiversidade, o avanço das culturas transgênicas, a poluição em todas as suas formas (ar, solo, água etc) e, especialmente o impacto significativo das mudanças climáticas, responsáveis por catástrofes ambientais recentes.

No caso brasileiro, a inexistência de profissionais capacitados para esta cobertura em milhares de veículos distribuídos por todo o território nacional, o lobby poderoso desencadeado por interesses empresariais que impactam o meio ambiente (agro-químicas, mineradoras, empresas de biotecnologia, setores conservadores do agronegócio etc) , dentre outras razões, têm contribuído para uma cobertura fragmentada, descontextualizada e imprecisa da problemática ambiental. Há que se ressaltar, no entanto, a existência de nichos de excelência na cobertura ambiental pela presença, ainda que escassa, de jornalistas especializados nesta área e de veículos independentes (que compõem a chamada mídia ambiental) que conseguem contemplar estas questões de maneira abrangente e adequada, muitas vezes denunciando abusos e desvios de conduta de governos e empresas.

Entre os profissionais e os estudiosos que, respectivamente, praticam e investigam a relação entre comunicação e meio ambiente, e particularmente, o jornalismo ambiental, destaca-se uma corrente que acredita que a cobertura ambiental não deve se limitar ao relato fático de temas ambientais, mas incorporar uma perspectiva crítica e comprometida com a sustentabilidade do planeta. Bueno (2009, p.104) defende a militância cívica para o exercício desta atividade, com uma visão crítica sobre a pretensa neutralidade da cobertura ambiental:

O debate, sempre presente, de que o jornalismo ambiental se constitui numa especialização jornalística, não representa uma unanimidade na comunidade de profissionais que trabalham nesta área ou a tomam como objeto de estudo e investigação, e, na verdade, é menos importante do que a consciência e consequente adesão ao “ethos jornalístico ambiental”, que incorpora, obrigatoriamente, alguns valores ou características:

As catástrofes ambientais, pelo seu impacto e interesse da opinião pública, têm merecido cobertura ampla da mídia nacional e internacional. O tratamento jornalístico dispensado a estes eventos dramáticos incorpora as características gerais do jornalismo ambiental, oscilando quase sempre entre a espetacularização e a vigilância cívica, pela convergência de inúmeros fatores que condicionam ou constroem o trabalho jornalístico. As catástrofes ambientais mobilizam os meios de comunicação e, ao mesmo tempo, tornam explícitos os desafios inerentes, quase sempre não superados, a uma cobertura qualificada.

De imediato, é preciso reconhecer que a expressão “catástrofes ambientais” ou “desastres ambientais” se reporta a um número considerável e diversificado de eventos, provocados por fatores diversos, sejam eles naturais ou não.

É importante ressaltar que desastres ambientais podem ocorrer por causas não naturais, como os acidentes nucleares (Fukushima, no Japão, em 2011; Chernobyl, na Ucrânia, em 1986 ; na usina de Three Mile Island, na Pensilvânia/EUA, em 1979) ; o rompimento de barragens (Mariana/MG em 2015; Cataguazes/MG, em 2003 e Mirai/MG, em 2007), o incêndio da Vila Socó, com o vazamento de óleo provocado por defeito em dutos da Petrobras em São Sebastião/SP, em

1984; o episódio do Césio em Goiânia/Goiás, em 1987, com a exposição de inúmeras pessoas à radiação; o vazamento de óleo na Baía da Guanabara no Rio de Janeiro, em 2000, para só citar nos últimos casos os ocorridos no Brasil.

As catástrofes ambientais estão frequentemente associadas à noção de risco, ou seja, a probabilidade de que um evento, esperado ou não, possa vir a ocorrer. Assim como vimos para os desastres, que incluem uma generosa categorização, os riscos também podem ser de vários tipos, ainda que se possa, para efeito didático, dividi-los em duas grandes categorias: exógenos e endógenos. Os primeiros remetem aos que decorrem da emergência de fatores naturais (terremotos, tsunamis, enchentes, tufões, nevascas etc) e os outros à ação humana ou à má gestão de empresas, como, respectivamente, no caso de incêndios florestais provocados pela negligência humana, ou de acidentes nucleares ou rompimento de barragens derivados de mau funcionamento de equipamentos ou de sistemas de segurança inoperantes.

A gestão da comunicação em situações de risco tem sido objeto de trabalhos produzidos no Brasil, tanto do ponto de vista conceitual como focado em estudos de casos. Podemos destacar neste sentido a contribuição de autores como Delevati (2012), de Moreira (2015), Teixeira (2012), Moura (2005), dentre outros. Com o foco específico na cobertura jornalística de desastres ambientais, merecem menção os trabalhos de Bueno (2013), de Santos (2012), de Luíndia e Corradi (2012), e de Pinheiro e Vieira (2015). Duas publicações são também relevantes para o estudo desta temática, publicados respectivamente

pela Organização Mundial da Saúde - OMS (2010) e Centro Universitário de Estudos e Pesquisas sobre Desastres –CEPED da Universidade Federal de Santa Catarina (2010). O primeiro deles aborda o relacionamento com a mídia em situações de emergência de saúde pública e o outro trata especificamente da comunicação de riscos e desastres e representa material complementar a curso de distância sob a responsabilidade da Secretaria Nacional de Defesa Civil, vinculada ao Ministério da Integração Nacional.

Tem sido recorrente, quando se analisa a cobertura de catástrofes ambientais pela mídia, e para a cobertura de temas ambientais de maneira geral, a tentativa de espetacularizar o noticiário, aproveitando-se do fato de que essas catástrofes naturalmente causam grande impacto e, infelizmente, vitimam um número grande de pessoas. Esse cenário não acontece apenas na cobertura de catástrofes por meios de comunicação brasileiros, mas está presente, com as mesmas características, em todo o mundo.

Este desvio frequente na prática do jornalismo ambiental também pode ser observado na cobertura dos 4 jornais brasileiros sobre a tragédia ambiental que caracterizou o rompimento de uma barragem em Mariana/MG, no final de 2015, analisada a seguir.

O rio da lama: a catástrofe (crime) ambiental em Mariana

O rompimento da barragem de Fundão, no subdistrito de Bento Rodrigues, em Mariana/MG, no dia 5 de novembro de 2015, provocou o que se considera o maior desastre ambiental do Brasil, com impacto significativo ao meio ambiente (destruição do Rio Doce em toda a sua extensão, estimada em 600 quilôme-

tros) e danos incalculáveis para comunidades em vários Estados brasileiros, especialmente as que viviam no seu entorno. 20 pessoas perderam a vida, soterrada pelos rejeitos provenientes da extração de minério de ferro, e mais de 200 municípios dos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo foram dramaticamente afetados pela contaminação da água. A barragem de Fundão constitui um empreendimento conjunto de duas mineradoras de grande porte – a Vale SA, sediada no Brasil, e a BHP Billiton, anglo-australiana, e é controlada pela Samarco Mineração SA.

A tragédia foi causada, conforme ficou comprovado ao longo do processo movido contra as empresas responsáveis, pela acumulação de rejeitos além do limite suportado pela barragem. Constatou-se também que a Samarco não tinha um plano de contingência e que não havia rotas de fuga, de tal modo que os moradores pudessem deixar o local em situações de emergência, o que contribuiu para a perda de vidas. O rio de lama que se formou imediatamente após o rompimento da barragem se deslocou por centenas de quilômetros até chegar ao Oceano Atlântico, deixando, em sua passagem, um cenário de devastação.

Três meses após o desastre, o Ministério Público encaminhou inquérito para a Justiça Federal contra Samarco, pedindo a prisão do presidente Ricardo Vecovi (que já havia se licenciado) e outras seis pessoas. Em março de 2016, o Governo e as empresas responsáveis firmaram um acordo que prevê o pagamento de uma multa de cerca de 5 bilhões de reais, não computadas as indenizações decorrentes de processos movidos por prefeituras, empresas e pessoas afetadas pelo desastre.

Metodologia e resultados

A análise da cobertura do crime ambiental de Mariana incluiu a leitura atenta da versão impressa de 4 jornais brasileiros de prestígio e grande circulação, respectivamente, Folha de S. Paulo, O Estado de S. Paulo, O Globo e o Valor Econômico, os três primeiros representantes da chamada imprensa de informação geral e o último identificado com a imprensa de economia e negócios. Consideramos para efeito de análise o período de 6 novembro de 2015 (dia seguinte ao o rompimento da barragem) e cinco de dezembro, coletando todas as notícias/reportagens, editoriais, emails de leitores, artigos etc que se reportaram aos 30 primeiros dias após a ocorrência do desastre. Fizemos, posteriormente, um recorte, buscando analisar a postura da imprensa, das empresas responsáveis pelo desastre (Samarco e BHP Billinton) e observamos, particularmente, a reação dos cidadãos brasileiros, que escreveram para os jornais e tiveram suas opiniões publicadas seções/colunas de leitores.

A análise da cobertura jornalística no período indicado levou em conta as seguintes categorias: a) número de unidades informativas publicadas, levando em conta a distribuição por veículo e por gênero jornalístico (Vide Tabela 1); b) percepção dos leitores sobre o crime ambiental a partir das colunas de leitores publicadas nos 4 jornais (incluímos adiante alguns e-mails integrais encaminhados pelos leitores às redações); c) destaque dados pelos veículos ao tema, com a presença de chamadas de capa e editoriais (informação também presente na Tabela 1); d) comparação entre o volume e o tom de cobertura entre os jornais de informação geral (O Estado de S. Paulo, Folha de S. Paulo e O Globo) e o jornal de

negócios (Valor Econômico), indicada na Tabela 1, com observação pertinente na análise dos resultados e) a presença das empresas envolvidas (Samarco e Vale) como fonte na cobertura jornalística.

A tragédia ambiental de Mariana mereceu uma cobertura expressiva da mídia brasileira e a análise detalhada dos 4 jornais brasileiros aqui considerados (O Globo, Folha de S. Paulo, O Estado de S. Paulo e Valor Econômico) evidencia este fato. No período analisado, foram publicadas 396 unidades de informação, entre notícias, reportagens, notas em colunas, artigos, e-mails de leitores, além de editoriais sobre o episódio, que ocuparam parcial ou integralmente cerca de uma centena de páginas. Embora o volume de publicado tenha sido distinto entre os vários jornais, cumpre ressaltar que ele foi maior nos veículos de informação geral, certamente porque o Valor Econômico, em função da sua linha editorial, não focou a cobertura do rompimento da barragem da Samarco a partir dos seus impactos em termos sócio-ambientais, ou mesmo no relato das pessoas atingidas, preferindo contemplá-lo a partir dos prejuízos econômico-financeiros das empresas envolvidas, sobretudo as brasileiras Samarco e Vale. A BHP Billiton ocupou lugar secundário no noticiário, provavelmente pelo fato de ser uma empresa sediada fora do Brasil e não ter sido identificada como a efetiva protagonista do episódio.

Estas 396 unidades representaram uma média de quase 17 unidades diárias nesse período, com destaque às 128 notícias/reportagens publicadas pelos 4 veículos analisados, que mantiveram uma periodicidade diária para essas publicações, mantendo a tragédia como pauta obrigatória ao longo de todo

o tempo de análise. Além disso, articulistas e colunistas se detiveram sobre o problema, examinando as suas causas, buscando responsabilizar os culpados e sobretudo lamentando o seu prejuízo ambiental, humano e patrimonial. A cobertura do episódio não se limitou a um caderno ou editoria, mas se estendeu de forma ampla pelos veículos, evidenciando o fato de que um desastre ambiental, pela magnitude de seus efeitos, se constitui obrigatoriamente em um evento de repercussão múltipla, ou seja, para a mídia é percebida como um tema multidisciplinar.

A tabela 1 a seguir dá a dimensão do volume de cobertura sobre a tragédia ambiental de Mariana no período analisado.

Tabela 1 – Número de unidades informativas distribuídas por gênero jornalístico e veículo²

Gênero jornalístico	O Globo	O Estado de S. Paulo	Folha de S. Paulo	Valor Econômico	TOTAL
Notícias/ Reportagens	32	38	29	29	128
Chamadas de capa	18	22	17	10	67
Artigos	34	12	6	5	57
Notas em colunas	5	5	2	0	12
Emails dos leitores	61	32	24	9	126
Editoriais	0	1	1	0	2
Outros**	1	0	3	0	2
Total	151	110	82	53	396

**Outros = frases sobre o episódio ou imagens isoladas da tragédia

² Consideramos como artigos mesmo aqueles textos que integram espaços fixos, de responsabilidade de determinados jornalistas ou colaboradores, assumindo como notas de colunas apenas aquelas que se limitam a tratar a tragédia ambiental de Mariana em poucas linhas e ao lado de inúmeros outros temas.

De imediato, é possível perceber que a cobertura da imprensa prendeu-se prioritariamente a fontes oficiais e empresariais e não assumiu, na maioria das vezes, uma postura pró-ativa, ou seja, não explorou linhas de investigação próprias, oriundas da redação dos jornais analisados, para esclarecer os fatos. Ela oscilou entre a espetacularização do acidente imediatamente após a ocorrência do fato, e a vigilância cívica, exercida quando informações posteriores confirmaram que houve efetivamente dolo das empresas. Quase sempre, os jornais estiveram a reboque dos fatos, apenas acompanhando e repercutindo informações gerados por fontes externas.

Como era de se esperar, há diferenças significativas entre o foco dos jornais de informação geral (Folha de S. Paulo, O Estado de S. Paulo e O Globo) e o de economia/negócios (Valor Econômico). Os primeiros deram destaque ao episódio como um todo (impacto da tragédia, posturas dos protagonistas envolvidos – empresas, órgãos de fiscalização, Ministério Público, Governo, motivos e omissão dos responsáveis etc), e o Valor econômico concentrou seu olhar nos prejuízos decorrentes da indenização às vítimas, às comunidades e as multas ambientais e para o impacto financeiro do episódio (balanços futuros, perda de valor das ações etc).

As chamadas de capa dos jornais sobre o episódio (67 no período), que expressam o foco principal da cobertura, estiveram, quase todas elas, associadas às consequências do rompimento da barragem da Samarco, e a expressão “rio de lama” e fotos com alto teor emotivo, que escancaravam dramaticamente os danos causados às comunidades, ao meio ambiente e às pessoas em particular, predominaram.

Os jornais exploraram os relatos pungentes das pessoas diretamente atingidas pela tragédia mas não deixaram, ainda que em menor proporção, de ouvir fontes ou buscar dados e informações que atestavam a responsabilidade das empresas e dos órgãos de fiscalização. Cumpriram, desta forma, não apenas seu ethos essencialmente midiático, espetacularizando ao extremo a cobertura, mas incorporaram o espírito investigativo na análise dos fatos, tentando descobrir as causas e responsabilizar os culpados. Com isso, exerceram um papel importante no sentido de impedir que a opinião pública, como pretendiam as empresas, percebesse que o episódio não tinha sido derivado de um acidente, mas de um sistema de prevenção absolutamente falho e de uma postura omissa, negligente das empresas que expuseram, pelo seu descaso, as comunidades a riscos desta magnitude.

As empresas envolvidas estiveram praticamente ausentes da cobertura e, quando nela compareceram, buscaram-se eximir-se responsabilidade, creditando o episódio a um acidente (terremoto) ou negando circunstâncias do desastre (como, por exemplo, a contaminação da água por produtos tóxicos).

Essa tentativa deliberada de fugir à responsabilidade pela tragédia mereceu a reação dos veículos de informação geral que, em vários momentos, recorrem a fatos e informações para contestar a versão das empresas e para chamar a atenção sobre a cumplicidade dos órgãos de fiscalização. A associação do rompimento da barragem com uma causa natural (terremoto) foi sistematicamente desmentida pela mídia que também denunciou abertamente a falta de um sistema adequado de prevenção e de alerta aos atingidos por parte da Samarco e da BHP

Billington, o que teria evitado pelo menos um número menor de vítimas fatais. Os jornais analisados, sobretudo os de informação geral, evidenciaram também a lentidão das empresas em reparar os danos e em dar atendimento adequado aos atingidos.

É de se ressaltar que inúmeras autoridades, certamente comprometidas com o episódio, na medida em que não exerceram de forma competente e responsável a fiscalização requerida, endossaram, num primeiro momento, as justificativas das empresas, silenciando-se, quase por completo depois, quando a análise do episódio evidenciou que os motivos da tragédia indicavam fortemente para um crime ambiental e não para um mero acidente.

Os leitores, com 126 emails ou cartas publicadas neste período, criticaram duramente as empresas, o Governo e as entidades responsáveis pela fiscalização da barragem, identificando uma co-responsabilidade pela ocorrência do desastre, ainda que as críticas maiores tivessem sido endereçadas à Samarco (Vale).

A maioria dessas manifestações, como as reproduzidas a seguir, com indicação de veículo e data em que foram publicadas, se caracterizaram pelo tom agressivo e de repúdio à ação das empresas e das autoridades:

“Eu gostaria de saber dos protagonistas desse horror como eles se sentem por terem destruído parte do planeta Terra?” (O Estado de S. Paulo, 23/11/2015, p.A4)

“É muita irresponsabilidade, negligência, omissão, impunidade. Não há fiscalização por falta de fiscais até tudo explodir”. (O Estado de S. Paulo, 16/11/2015, p.A3)

“A Samarco e a Vale sempre tiveram conceitos favoráveis, mas pode-se afirmar que as empresas não se prepararam adequadamente para crises de maior dimensão como a atual, além de ter reagido lentamente e de forma limitada face à gravidade dos problemas.” (Valor Econômico, 13/11/2015, p.A11)

“A megatragédia (...) mostra o total despreparo, incompetência e irresponsabilidade do país, das autoridades públicas e empresas envolvidas. São todos omissos e corresponsáveis pela tragédia. Quem irá responder pela matança absurda de peixes, animais, árvores, plantas e pelos danos irreparáveis à natureza?” (Valor Econômico, 17/11/2015, p. A13)

“Lamentável e revoltante o desastre ambiental com o rompimento da represa em Mariana (MG), causando sérios prejuízos ao meio ambiente e a perda de vidas humanas. O episódio expõe a fragilidade da fiscalização no setor e a irresponsabilidade das grandes empresas, que visam unicamente o lucro financeiro.” (Folha de S. Paulo, 15/11/2015, p. A3)

“Negligência absurda, legislação frágil que atende a interesses de poucos e deixa à margem a população – desassistida e lamentavelmente na linha de frente do caos iminente” (Folha de S. Paulo, 19/11/2015, p. A3)

“Amargaram um rio que era doce. Um desastre ambiental que é o retrato do tempo em que vivemos: de violência, impunidade, retórica cínica envernizada pelo discurso da liberdade, transparência, amor ao próximo. Tudo em nome de poder, lucro e falta de escrúpulos.” (O Globo, 17/11/2015, p. 15)

“O desastre de Mariana deveria ficar em grande evidência por um longo período de tempo, para evitar que a chama de indignação desapareça, o que

favoreceria os culpados pela tragédia. O desastre de Mariana não foi só um atentado contra a vida, mas um gravíssimo crime ambiental que pode ser facilmente esquecido por uma nação que tem memória curta." (O Globo, 18/11/2015, p. 17)

Este tom também esteve incorporado aos artigos de colaboradores e colunistas especialmente nos jornais de informação geral e indica o prejuízo significativo episódio para a imagem e a reputação das empresas envolvidas e mesmo para governos (estadual e federal) e órgãos responsáveis pela fiscalização destas obras. É possível concluir que, tendo em vista a má gestão da crise pela Samarco, Vale e BHP Billiton, com a sonegação de informações, com a tentativa recorrente de ludibriar a opinião pública e a demora em tomar decisões para atenuar os danos às comunidades e aos familiares das vítimas, contribuiu decisivamente para que a cobertura da catástrofe assumisse esta perspectiva crítica.

Considerações finais

A ocorrência repetida de catástrofes ambientais em todo o mundo, particularmente as não naturais, aquelas que são provocadas pela inépcia de corporações e governos, tem chamado a atenção para o papel a ser desempenhado pelos seus protagonistas antes, durante e após a sua ocorrência.

Empreendimentos de grande porte têm colocado comunidades, vidas humanas e o meio ambiente em situações de alto risco, exatamente porque necessariamente não são acompanhados de sistemas de prevenção, controle e alerta adequados.

A imprensa tem um papel fundamental nesses momentos não apenas para favorecer a circulação

de informações que podem contribuir para o esclarecimento das populações atingidas e a opinião pública, após a ocorrência dos desastres, mas também para promover o debate permanente sobre a necessidade de gestão competente e responsável destas obras.

No caso específico do crime ambiental de Mariana, ele cumpriu função relevante ao impedir que o episódio estivesse associado a causas naturais, como insistiam as empresas responsáveis, com a cumplicidade de autoridades comprometidas com a liberação das obras e a não fiscalização de seu perfeito funcionamento. Mantendo a cobertura regular da tragédia e o espírito investigativo, que deve nortear a postura da mídia, o que nem sempre acontece nesses casos, permitiu a ampliação da análise das causas da tragédia e a punição dos envolvidos.

É verdade que esta perspectiva crítica conviveu com o processo frequente, e nem sempre saudável ou positivo, de espetacularização do noticiário e que excessos foram praticados em nome do incremento da audiência e do sensacionalismo midiático. Não é menos verdade que a imprensa costuma focar a sua atenção sobre estes episódios apenas após a sua ocorrência, quando danos materiais e de vidas humanas já não podem ser revertidos, e que, ao longo do tempo, ignora os reais riscos inerentes a estes empreendimentos, especialmente quando eles ficam à mercê da ganância das empresas e da omissão de autoridades. A vigilância cívica que pode ser percebida na cobertura da imprensa após os desastres deveria ocorrer de forma permanente, contribuindo para que eles pudessem ser evitados. Dificilmente, tem sido essa a postura de veículos e jornalistas e novamen-

te, como se pode depreender deste episódio, ela foi adotada para impedir que uma tragédia destas proporções acontecesse. Não há registros de que a imprensa brasileira, em particular esses quatro jornais, mesmo existindo fontes e documentos que indicavam problemas na gestão da barragem de Fundão, em Mariana, tivessem chamado, antes da ocorrência da tragédia, a atenção das autoridades e da opinião pública para esses riscos.

A vigilância cívica não pode ser exercida apenas após a ocorrência dos desastres ambientais e é fundamental que a imprensa, assim como as autoridades, os órgãos de fiscalização, os governos, a pratiquem permanentemente.

Referências

BUENO, W.C. O jornalismo ambiental circula na arena da ciência e da política. **Anuário UNESCO/ Metodista de Comunicação Regional**. São Bernardo do Campo, SP: UMESP, vol.13, n.13, p. 113-26, dez 2009.
Bueno, W.C. .Gestão e estratégias de comunicação em situações críticas. **Comunicação & Sociedade**. São Bernardo do Campo, SP: UMESP, vol 34, p.41-66, jun. 2013.

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE ESTUDOS E PESQUISAS SOBRE DESASTRES. **Comunicação de riscos e de desastres**. Florianópolis, SC: CEPED, 2010.

Delevati, A. **A comunicação de risco e cobertura de desastres: o campo jornalístico e as fontes especializadas**. Santa Maria, RS: UFSM. Disponível em: <http://w3.ufsm.br/poscom/wp-content/uploads/2013/05/Dissertacao-Ananda.pdf>.. Acesso em 10/03/2016.

LUÍNDIA, L A., & CORRADI, A. Uso de noticiabilidade e espetacularização: mudança climática – COP 15 e Rio+ 20. **Razón y Palabra**. México: Departamento de Comunicação do Instituto Tecnológico de Monterrey, 2013. vol 84. Disponível em: http://www.razonypalabra.org.mx/N/N84/M84/11_AzevedoCorradi_M84.pdf. Acesso em 06/05/2016.

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL. **Manual de Desastres- Desastres naturais**. Brasília, DF. Ministério da Integração Nacional, 2007.

Moreira, F.J.G. **A comunicação pode salvar vidas: alertas antecipadas de emergências climáticas pela televisão digital interativa brasileira**. São Bernardo do Campo, SP: Umesp, 2015. Disponível em: http://ibict.metodista.br/tedeSimplificado/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=3562

MOURA, N.N. **Percepção de risco do uso de agrotóxicos: o caso dos produtores de São José de Ubá/ RJ**. Rio de Janeiro, RJ: UFRJ, 2005. Disponível em: http://r1.ufrj.br/cpda/wp-content/uploads/2011/09/m_nara_nubia_de_moura_2005.pdf

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Comunicação eficaz com a mídia durante emergências de saúde pública**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2010.

PINHEIRO, M.A, VIEIRA, N.O. Catástrofes ambientais na mídia: narrativas das chuvas de 1966 e 2011. **Mídia e cotidiano**. Niterói, RJ: UFF, 2015, 7, p.67-83. Disponível em: <http://www.ppgmidiaecotidiano.uff.br/ojs/index.php/Midecot/article/view/217/168>. Acesso em 03/02/2016.

SANTOS, J. F. A.. A importância do jornalismo de qualidade na redução de riscos e desastres. **Razón y Palabra**, México: Departamento de Comunicação do Instituto Tecnológico de Monterrey, 2012. vol 79. Disponível em: http://www.razonypalabra.org.mx/N/N79/M79/11_Frandalozo_M79.pdf. Acesso em 15/02/2016.

TEIXEIRA, A.C. Em nome do bem comum. A comunicação como meio para ampliar e valorizar ações de conscientização socioambiental. **Razón y Palabra**. México: Departamento de Comunicação do Instituto Tecnológico de Monterrey, 2012. vol 79. Disponível em: http://oldversion.razonypalabra.org.mx/N/N79/M79/12_Teixeira_M79.pdf. Acesso em 15/02/2016.